

# Fenômenos Sociais e Direito 2

RENATA LUCIANE POLSAQUE YOUNG BLOOD

(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

**RENATA LUCIANE POLSAQUE YOUNG BLOOD**

(Organizadora)

# **Fenômenos Sociais e Direito 2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F339 Fenômenos sociais e direito 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Renata Luciane Polsaque Young Blood. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Fenômenos Sociais e Direito; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-25-3

DOI 10.22533/at.ed.253180409

1. Cidadania. 2. Direito – Filosofia. 3. Direitos fundamentais.  
4. Problemas sociais. I. Série

CDD 323.6

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

As Ciências Sociais reúnem campos de conhecimento com foco nos aspectos sociais das diversas realidades humanas. Entre eles pode-se citar o Direito, a Economia, a Administração e o Serviço Social. A partir da abordagem transdisciplinar destes conhecimentos, é possível estimular uma nova compreensão da realidade por meio da articulação de elementos que perpassam entre, além e através de disciplinas, numa busca de compreensão de fenômenos complexos, como as necessidades da sociedade e o viver em sociedade.

A Coletânea Nacional “Ciências Sociais e Direito” é um *e-book* composto por 34 artigos científicos que abordam assuntos atuais com a perspectiva transdisciplinar, como: o impacto da tecnologia de informação nas relações sociais, a reconstrução do acesso à justiça, a influência das mídias nas relações de poder, novos espaços de efetivação dos direitos humanos, a educação como caminho para uma sociedade mais democrática, entre outros.

Mediante a importância, necessidade de atualização e de acesso a informações de qualidade, os artigos elencados neste *e-book* contribuirão efetivamente para disseminação do conhecimento a respeito das diversas áreas das Ciências Sociais e do Direito, proporcionando uma visão ampla sobre estas áreas de conhecimento.

Desejo a todos uma excelente leitura!

Prof. Ms. Renata Luciane Polsaque Young Blood

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DIMENSÃO ILÍCITA DA PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO A PARTIR DA TEORIA GARANTISTA FERRAJOLIANA	
<i>Lidiane Mauricio dos Reis</i> <i>Silvia Mesquita da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>19</b>
A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DO ESTADO SOB A ÓTICA PROCESSUAL BRASILEIRA	
<i>Tatiana de A. F. R. Cardoso Squeff</i> <i>Nathália Yasmini Hoffmann da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>37</b>
DESCOLONIZAR PARA COOPERAR: RUMO À DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DE JUSTIÇA	
<i>José Edmilson de Souza Lima</i> <i>Roberto José Covaia Kosop</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>54</b>
O IDEÁRIO DE EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA VIA PROCESSO JUDICIAL	
<i>Júlia Francieli Neves Scherbaum,</i> <i>Leonel Severo Rocha,</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>68</b>
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CONFLITO COM A ESTRUTURA DO ESTADO NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL	
<i>Isabela Borges Cilião</i> <i>Marcus Vinicius Bialta Bueno</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>83</b>
O IMPACTO DAS FAKENEWS E O FOMENTO DOS DISCURSOS DE ÓDIO NA SOCIEDADE EM REDE: A CONTRIBUIÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA	
<i>Isadora Forgiarini Balem</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>96</b>
O PAPEL DA MÍDIA NA DIFUSÃO DOS CONFLITOS CARCERÁRIOS	
<i>Taís do Couto de Oliveira</i> <i>Monique Vigil Klüsener</i> <i>Valquiria Castro Pereira</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>106</b>
O TRATAMENTO JURÍDICO DO ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL NO URUGUAI E NO BRASIL: ANÁLISE A PARTIR DAS LEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO	
<i>Rafaela Bolson Dalla Favera</i> <i>Olívia Martins de Quadros Olmos</i> <i>Rosane Leal da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>117</b>
REVISÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS: PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA, AUTONOMIA AMPLIADA E AUTOCOMUNICAÇÃO DE MASSA	
<i>Aline Amaral Paz</i> <i>Sandra Rúbia da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>131</b>
A TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO À EFICÁCIA MATERIAL DO DIREITO HUMANO AO	

DESENVOLVIMENTO

*Guilherme Aparecido da Rocha*

**CAPÍTULO 11 ..... 145**

A ACESSIBILIDADE EM PROVEITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL FRENTE À PROATIVIDADE INFORMACIONAL DO ESTADO: DO STANDARD INTERNACIONAL À NORMATIVIDADE BRASILEIRA E COLOMBIANA

*Guilherme Pittaluga Hoffmeister*

*Leonardo Fontana Trevisan*

*Natália Flores Dalla Pozza*

**CAPÍTULO 12 ..... 157**

O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE FRENTE À CAPTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE IMAGENS DE PACIENTES

*Géssica Adriana Ehle*

*Daniela Richter*

**CAPÍTULO 13 ..... 169**

PODER PÚBLICO, TIC E E-GOV: UMA ANÁLISE ACERCA DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Alice Reichembach Gelatti*

*Rebeca Lírio de Souza*

*Rosane Leal da Silva*

**CAPÍTULO 14 ..... 181**

POR QUE PRECISAMOS FALAR SOBRE O PAPEL DO CONSUMIDOR FINAL NA DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS NANOTECNOLÓGICOS?

*Raquel Von Hohendorff*

*Daniele Weber da Silva Leal*

*Wilson Engelmann*

*Cristine Pinto Machado*

*Paulo Júnior Trindade dos Santos*

**CAPÍTULO 15 ..... 197**

A GESTÃO ESCOLAR E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

*Ane Patrícia de Mira*

*Paulo Fossatti*

**CAPÍTULO 16 ..... 210**

AÇÕES AFIRMATIVAS DECORRENTES DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

*Reynaldo Alan Castro Filho,*

**CAPÍTULO 17 ..... 226**

DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA: INFORMAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEGURANÇA HUMANA

*Alini Bueno dos Santos Taborda*

**CAPÍTULO 18 ..... 235**

SAÚDE E DIREITOS HUMANOS: EM COMUM, A BUSCA PELO BEM-ESTAR DO SER HUMANO

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 251**

## REVISÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS: PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA, AUTONOMIA AMPLIADA E AUTOCOMUNICAÇÃO DE MASSA<sup>1</sup>

### Aline Amaral Paz

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista Capes, integrante do Grupo de Pesquisa em Consumo e Culturas Digitais coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Rúbia da Silva, e-mail: alineamaralpaz@gmail.com

### Sandra Rúbia da Silva

Prof. Dr<sup>a</sup>. do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Consumo e Culturas Digitais, email:sandraxrubia@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo buscou discutir três conceitos relacionados à comunicação em ambiente digital que alteram e transformam algumas práticas comunicacionais e sociais que dizem respeito a direitos conquistados, ampliados ou legitimados com o uso das tecnologias digitais na internet. O método empregado para o estudo foi de pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2011) com aporte teórico dos autores selecionados articulando os conceitos a seguir: Participação significativa pelo autor Henry Jenkins, Joshua Green e Sam Ford (2014); Autonomia ampliada pelo autor Yochai Benkler (2006); Autocomunicação de massa pelo autor Manuel Castells (2013 -2015). Verificou-se que os conceitos se relacionam

entre si e são discutidos pelos autores com perspectivas alternadas entre questões de estudos de mídia, democratização em rede, comunicação articulada de muitos para muitos, enfatizando o maior gerenciamento autônomo dos sujeitos, com possibilidade de desenvolvimento pessoal e coletivo nas esferas econômicas, sociais e culturais, frente ao campo da comunicação na internet ao qual se configura a sociedade atual. Portanto, a maior participação dos indivíduos proporcionada pela comunicação neste cenário da sociedade conectada, possibilita desestabilizar o mercado dominante em alguns aspectos, sendo que, o indivíduo pode criar, co-criar, colaborar, entre tantas outras oportunidades que não *se imaginava até pouco tempo atrás*, neste ambiente rizomático e descentralizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autonomia; Comunicação; Participação; Rede.

### INTRODUÇÃO

Pensar a sociedade conectada é pensar todas as transformações que emergiram junto com as redes de contatos online. Como também, é tentar acompanhar as mudanças que ocorrem todos os dias, que alteram as formas das relações humanas, ampliando

1 Artigo apresentado no 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade

as lentes dos conceitos de tempo e espaço, tornando cada vez mais invisível as fronteiras do online e o offline, nesta revolução digital. (COULDRY, 2012). Portanto, estudar conceitos que implicam estas mudanças no ambiente conectado, contribuem para compreender a sociedade fragmentada, efêmera, caótica e múltipla nas suas diferenças, características próprias da pós-modernidade (HARVEY, 2008) e no seu constante e imparcial movimento.

Os conceitos de participação significativa, autonomia ampliada e autocomunicação de massa, ao qual serão descritos a seguir através da pesquisa do referencial teórico<sup>1</sup>, colocam em pauta a reestruturação da mídia. Tendo em vista a tensão entre o capitalismo e a capacidade expandida da comunicação no domínio da experiência conectada, desestruturando o mercado, não apenas da comunicação dominante, como o mercado em geral e reformulando questões relacionadas a direitos autorais e copyright.

Há uma transformação destas e outras questões da prática comunicacional e social, por proporcionar espaço e condições aos indivíduos produzirem, com fins lucrativos ou não, o próprio conteúdo e reproduzirem conteúdos de outros autores, com ou sem a autorização na rede. A rede, com sua natureza reticular, segundo Rodrigues “é um sistema constituído por linhas e por pontos que definem circuitos e nós de conexão” (1990, p.95).

A questão aqui discutida, não é se os indivíduos estão usando como deveriam as redes online, se estão utilizando da melhor forma ou se estão produzindo produtos midiáticos relevantes, mas sim, verificar a importância que a possibilidade de dizer, criar e produzir o que jamais poderia ser imaginado há bem pouco tempo, hoje é a realidade social.

Os conceitos que serão descritos, ajudam a entender tal importância para os dias atuais, considerando que são conceitos teóricos com aplicação prática nas relações sociais de comunicação em rede, potencializam o poder dos indivíduos a desenvolverem-se criativamente, alternativamente e economicamente em âmbito individual e coletivo.

Este espaço de ação social em rede forma e transforma culturas digitais. Configura um ambiente onde os indivíduos não apenas possuem acesso à informação, comunicação e cultura, mas também, são produtores da informação, uma modalidade particular de autonomia se instaura na sociedade através de uma esfera de rede online e das práticas na internet.

Para Hine (2015) desconsiderando o determinismo tecnológico, não é a tecnologia em si que apresenta mudanças nas experiências cotidianas das pessoas, mas sim, os usos e os sentidos dados pelos usuários que sustentam esta transformação.

---

<sup>1</sup> Pesquisa bibliográfica, num sentido amplo, é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias idéias e opiniões. (Stumpf, 2011, p.52)



Neste sentido, há uma interação que modifica a estrutura das relações sociais, que está mais relacionada às práticas compartilhadas do que ao lugar geográfico ao qual está inserido, promovendo possibilidades de estar em contato com o outro todo tempo e independentemente do lugar.

Estes movimentos, alteram o processo dos relacionamentos e também conceitos como, o de estar presente, já não faz mais sentido, quando se considera apenas estar presente fisicamente, sendo que, com acesso às plataformas digitais online, pode-se estar presente, onde quiser e quando quiser.

Para (MILLER, 2016) as tecnologias da informação e comunicação proporcionam maiores capacidades aos indivíduos. Podendo desenvolver novas habilidades, potenciais, promover ideias e ações publicamente e globalmente, oportunizando a realização de aspirações pessoais. Com a comunicação em rede pode-se dar visibilidade a projetos, criar mercados alternativos. A rede é um espaço de inovação, colaboração e oportunidade de rentabilidade para muitos e para minorias, como também este ambiente pode ser palco de disputas, da liberdade de expressão que nem sempre é benéfica. Espaço para mercados dominantes tradicionais ou novos que entenderam que a rede é um campo aberto para a economia, crescimento e monopolização, apesar da estrutura ser de natureza rizomática, múltipla e *heterogênea*.

Discutir sobre o que pode ser considerado: autonomia ampliada, participação significativa e autocomunicação de massas por meio da criação de conteúdo, vinda de um público, considerado não especializado para produzir e nem sempre dentro da lógica comercial, é de suma importância, pois diz respeito às práticas relacionadas ao cotidiano dos indivíduos nos dias de hoje. Desde a produção de um vídeo no Youtube para ensinar uma receita caseira de bolo ou um modelo para construir uma casa, vídeos de fãs criando um final alternativo para seriados e filmes, interferindo em leis, como por exemplo, quando algumas ações promovidas por produtores independentes na rede, são consideradas ilegais por se utilizarem de material já existente ou compartilharem materiais audiovisuais, entre outros, gratuitamente, sem nenhuma participação direta com os produtores primeiros do material.

Esta possibilidade de apropriação do material de outros por muitos, de disseminação de informação independente, de transformação social articulada por coletividades, descentraliza o poder dominante e hierárquico de uma sociedade que foi construída sob estas influências, estas e outras contradições, dão forma a conflitos vividos do nosso tempo.

O objetivo não é questionar sobre direitos e deveres de produtores, mas descrever os conceitos que ajudam a pensar como a sociedade está sendo reconfigurada dia após dia com base em novas estruturas e novas demandas sociais. Antes de se propor a discussão de leis neste campo aberto, é necessário entender que há uma transformação em movimento, mobilizada pela rede. Aceitando ou não, não pode ser negada ou impedida.

Para Malini e Antoun: “há todo um conjunto novo de disputas e conflitos sobre

a produção e a regulação da liberdade na Internet” (2013, p.53). Articulam que os valores capitalistas estão já enraizados nas atividades de conexão, explorando o máximo da produção social, para os autores, a internet é um campo de atuação social onde a liberdade está sempre pautada por disputas. Neste sentido, quando esta liberdade é usada por mercados apenas com fins capitalistas, se torna uma liberdade negativa, pois os indivíduos tornam-se para as corporações, meros números e dados quantitativos.

A convergência midiática provocou uma mudança estrutural na forma de produzir conteúdo, de organizar o tempo e de estar presente. Desestabiliza a relação entre produtor e receptor, ou seja, o público produz o seu próprio conteúdo midiático ou reproduz conteúdos já existentes, sem o domínio da mídia tradicional (JENKINS, GREEN E FORD, 2014). Comunicar nunca foi tão dinâmico e instantâneo como atualmente, visto as facilidades de conversação e acesso a informação que potencializam as interações mediadas por computador e promovem a ação individual mais autônoma que pode somar vozes e ganhar dimensões incalculáveis.

Para dialogar com os autores propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica descrevendo o referencial teórico sobre os conceitos apresentados, com diferentes perspectivas. Na primeira sessão será exposto o conceito de Participação Significativa, onde Jenkins, Ford e Green argumentam sobre as relações de produção estruturadas pelo receptor de forma descentralizada. Na segunda sessão, será apresentado o conceito de Autonomia ampliada, Benkler discorre sobre a importância de uma economia em rede que amplia a autonomia dos indivíduos de uma forma irreversível. Na terceira sessão o conceito de Autocomunicação de massa, onde Castells descreve a comunicação em ampla escala, gerando ação individual e coletiva impulsionando o poder da sociedade em rede.

Os três autores conceitos possuem a característica em comum de manter o foco nas capacidades aumentadas dos indivíduos em rede através da possibilidade de maior liberdade de expressão e da produção descentralizada

## **PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA**

Compartilhar e curtir poderiam ser elegidos os verbos da era da comunicação por redes online. Nestas ações, se concretiza a participação em diferentes perspectivas e modalidades, as informações que circulam em ambiente digital são passíveis de serem compartilhadas e assionadas por botões de sentimentos, desde a representação da alegria, tristeza, amor, surpresa, indignação, transportados para a rede através de algoritmos. Desta forma, participar não se configura apenas em produzir, mas tem uma abrangência muito maior, reestruturando a relação entre produtor e receptor, tornando possível, a intensificação da troca de informação e cultura a nível global.

Conceito defendido por Jenkins, Ford e Green, a participação significativa retrata

uma mudança no ambiente midiático, promovida pela liberação do polo emissor. Discorrem que a produção cultural organizada por um público que outrora não tinha meios de produzir, possui um papel fundamental não apenas para as lógicas do mercado.

Reconhecem que barreiras culturais podem ser desfeitas a partir do momento em que a produção é descentralizada, relatando um conflito para com as definições de participação significativa, às quais os autores definem em duas modalidades: “[...] uma concepção de participação (que inclui uma promessa de tornar as empresas mais compreensivas em relação às necessidades e os desejos de seus “consumidores”) e uma concepção política de participação (que foca o desejo de todos nós exercermos um poder maior [...])” (JENKINS, FORD, GREEN, 2014, p.198).

Neste sentido, além da produção independente, há outros tipos de participação. Apreciar, avaliar, criticar e repostar material é em diferentes níveis, participar. Consideram os autores, reducionismo entender como participação do público, exclusivamente a produção em si, mesmo existindo pessoas que apenas assistem ou lêem os conteúdos produzidos por outros, fazem isso de forma diferente, visto que reconhecem e constroem o seu potencial para produzir e criar.

Dentro deste contexto, as corporações mercadológicas percebem o potencial lucrativo das comunidades digitais, buscam estratégias de marketing para tentar maior engajamento do público, transformando, por vezes, erroneamente, a noção de público participativo como mera resistência. Desta forma, apesar de parecer que as empresas através de suas marcas criam laços afetivos com os clientes com desinteresse, por trás das estratégias há a busca pela lealdade das audiências, se utilizando das redes digitais para alcançar tais objetivos: “As comunidades de marcas podem então desempenhar um papel de fiscalização”<sup>2</sup>, no sentido de conferir se as promessas da marca estão sendo cumpridas com relação aos interesses do público.

Malini e Antoun (2013) descrevem que a internet faz esse movimento de privilegiar a coordenação de produção coletiva, retirando o privilégio da comunicação como modelo informacional coordenada por poucos proprietários.

Os termos audiência e público são ambos, definições particularmente diferentes com base na descrição dos autores. Audiência é entendida como uma soma medida pela indústria. Público é entendido como um grupo social que compartilha de uma identidade. Conceituam os termos fãs e fandoms como termos também distintos, sendo que fãs “entendidos como indivíduos que tem uma relação fervorosa com uma franquia de mídia em particular e fandoms, cujos membros se identificam conscientemente como parte de uma comunidade maior...”<sup>3</sup>. Os fãs são indivíduos enquanto os fandoms são coletivos. Os segundos, ganham maior espaço de representação, conectados em rede, possibilitando o acesso e a vigilância das intenções das marcas e instituições as

---

2 JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014. P.207

3 Idem P.210

quais destinam sua atenção. A participação com maior autonomia para opinar, criticar, valorizando ou desvalorizando uma determinada marca, estabelecendo um jogo de disputas, onde as instituições dominantes podem perder voz para os públicos.

Segundo Malini (2013) não se vive mais em uma sociedade de cultura hegemônica, os processos culturais se tornam pelas trocas informacionais, cada vez mais diversos e mistos, influenciando, misturando e promovendo visibilidade a culturas diferentes em torno da própria autonomia.

A produção independente, ganha outros sentidos na cultura contemporânea, através da participação significativa. O que outrora era vista como oposição e concorrência desprovida de capital de produção especializada, agora é compreendida pela cultura dos fãs e fandoms como produção complementar a mídia tradicional

Assim, os debates apresentados pela mídia dominante criam espaços de debates que se desenrolam em construções muito mais complexas que podem levar a mobilidade e mudanças sociais por se estenderem além do previsto, alimentando discussões do cotidiano, “Nesse ambiente o texto de novela atua como um recurso para os espectadores construírem relacionamentos, que muitas vezes se envolvem em debates críticos que ultrapassam os debates do programa...”<sup>4</sup>.

Esta colaboração possui duas dimensões distintas, uma é objetivamente um meio, uma ferramenta de sair fora do padrão mercadológico, provocando um desconforto na ordem social capitalista e a outra é como uma forma de mascarar os interesses capitalistas, através da colaboração do público.

A cultura participativa, ganha maiores dimensões, onde fãs e produtores comerciais se relacionam constantemente, como descrevem os autores: “Assim é a natureza da colaboração na barriga da besta mídia”<sup>5</sup>, os fãs ganham ao produzir material derivado de outros materiais e interferem na criação do produtor oficial e os proprietários podem explorar este potencial criativo dos fãs, com olhar estritamente lucrativo.

Quando a audiência se apropria de um material comercial já produzido e entregue as massas, segundo os autores, estão cocriando. Aos olhares mais voltados para economia e a esfera capitalista, se considera que cocriar é violar direitos dos autores e veem esta ação como uma ameaça aos trabalhos de produção especializados, porém no contexto digital em que nos encontramos, é quase impossível não criar a partir do que já existe, visto que tudo pode estar acessível e online para participar.

Em um mundo em que algo, se não propagado, está morto, se não puder ser citado, pode não significar nada, As práticas sociais de mídias propagável precisa de material que seja citável, ao fornecer formas fáceis, para que o público possa extrair trechos desse material e compartilhar esses trechos com os outros.<sup>6</sup>

4 JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014, P.211

5 Idem P.219

6 Idem P.234

Jenkins, Ford e Green descrevem sobre os hits que viram memes no Youtube por serem apropriados por seus públicos e transformados, remixados em produtos exclusivos e diferentes da proposta original, seus fãs acabam promovendo e intensificando o conteúdo para os produtores, ganhando também visibilidade com a cocriação, conectando o produto midiático com as identidades e realidades culturais diversas. Esta situação é uma das variadas formas de participação significativa.

Para os autores é uma luta constante e ativa de busca pelo desenvolvimento de uma cultura participativa na inclusão de comunidades populares como produtoras de produtos culturais, desta forma, descrevem “se entendermos a participação como o trabalho de públicos e não simplesmente de mercados e audiências, então as oportunidades para expansão da participação são lutas que devemos incluir ativamente [...]” (JENKINS, FORD, GREEN, 2014, P.240)

Os autores defendem que o acesso à cultura participativa desenvolve no público um senso de propriedade sobre o material produzido, assim como promove uma esfera de poder discursivo e persuasivo, apesar deste acesso a tecnologia e também ao conteúdo em si ser limitado por diferentes localidades e dependentes de órgãos governamentais.

Há a necessidade de entender a conquista da participação em rede como um trabalho de públicos e não meramente de audiências. Assim, criam-se possibilidades da desigualdade perder espaço, dando lugar para o desenvolvimento técnico e a acesso facilitado ao aprendizado digital, demandas que não se restringem ao universo tecnológico, mas sim a questões muito mais complexas como igualdade e justiça social.

No geral, a participação significativa, ganha múltiplas dimensões dentro da esfera digital, criando espaços de independência para públicos que sem isso, não teriam como se expressar a nível global e de articular ideias e ações com outros que pensam e agem da mesma forma, fundamentos que o autor Yochai Benkler compartilha através do conceito que será exposto a seguir de autonomia ampliada.

## **AUTONOMIA AMPLIADA**

O cenário da comunicação digital proporciona aos indivíduos, dinâmicas alternativas de interação, que transformam a maneira de agir e estar no mundo. A prática social se estende para além das fronteiras geográficas, abrindo espaços de colaboração coletiva, assim como espaços de controle disciplinadores. De qualquer forma, esta possibilidade, modifica o exercício de produzir, criar, receber e circular a informação.

Benkler (2006) apresenta o conceito de autonomia ampliada, que para ele é a primeira consequência da economia de informação em rede. Discrimina três dimensões nas quais se melhora a capacidade prática dos indivíduos através desta

autonomia por redes online: (1) Ela melhora a capacidade dos indivíduos de fazer mais para e por eles próprios, descrevendo que o indivíduo pode criar, produzir e ramificar seu conhecimento sem a dependência das mídias dominantes; (2) Ela aumenta a capacidade de fazer mais com os outros, a nível coletivo, sem ser limitado a organizar a sua relação por um sistema de preços ou por sistemas hierárquicos tradicionais de organizações sociais e econômicas. Essa forma de se relacionar em rede, possibilita que se crie vínculos frágeis, sem amarras burocráticas, assim fica mais fácil iniciar ações online que requeiram colaboração coletiva, ficando a critério do próprio indivíduo a escolha dos projetos que queira se engajar na rede; (3) Ela melhora a capacidade de indivíduos fazerem mais em organizações formais que operam fora da esfera do mercado.

Onde antes a possibilidade de se criar algo novo e próprio eram limitados exclusivamente ao poder monetário e amarras burocráticas, com a economia de informação em rede, a autonomia para desenvolver projetos individuais ganham outras perspectivas.

A rede torna-se um leque de oportunidades para a atividade descentralizada do mercado tradicional. Movimento que colabora para um sistema mais participatório, uma cultura mais crítica e a possibilidade de uma sociedade mais justa, sendo a rede, campo aberto para a execução do trabalho individual e vindo de culturas populares, independente do investimento de grandes economias e de grandes mercados. Neste espaço, uma ideia ou um produto que parece simples, podem ganhar dimensões globais, em um pequeno espaço de tempo.

As iniciativas fora do mercado estão em constante crescimento, é como acontece à descentralização da informação que vai reestruturando a economia da informação em rede. A tecnologia não é apenas mais uma ferramenta da vida cotidiana do ser humano, descreve Benkler, que a tecnologia estabelece alguns parâmetros de ação social, ela torna algumas das ações humanas mais fáceis e outras mais difíceis, não é uma regra, que a tecnologia, irá melhorar as relações enquanto sociedade.

Para o autor, este processo está em constante construção e depende das escolhas que são tomadas contra ou em prol a livre produção e ação individual ou coletiva. Segundo Negri e Hardt (2001) a troca para a economia da informação provocou a descentralização e a desterritorialização da produção, seriam as primeiras consequências geográficas deste movimento: “A comunicação e o controle são exercidos eficientemente à distância, e em alguns casos, produtos imateriais podem ser transportados pelo mundo a custos mínimos de tempo e dinheiro” (2001, p.316). Argumentam também que esta desterritorialização fica ainda mais marcada nos processos de produção imaterial que envolvem conhecimento e informação.

A tecnologia cria espaços de viabilidade para a prática social. A forma de se comercializar em rede e de concentração de conteúdos modificam a estrutura de uma sociedade industrial, ou seja, qualquer pessoa que tenha informação, pode se conectar e repassar essa informação, tornando-a global e passível de modificações e

compartilhamentos.

Os meios que uma vez dominaram o ambiente de informação se desestabilizaram com este novo momento de economia de informação em rede, pelo fato de que não se tem mais os altos custos para ter acesso e transmitir informações de toda ordem. Em contraste com este sistema, os crescentes modelos de cooperação e partilha ganham força: pesquisa no google e Wikipédia, por exemplo.

E isso não é porque a economia move o mundo, nem porque a tecnologia determina a direção da sociedade e da comunicação, mas pelo impacto da tecnologia, combinada com a sustentabilidade econômica das práticas sociais emergentes, cria um novo conjunto de oportunidades sociais e políticas que este trabalho está em causa. Examinando os fundamentos econômicos dessas práticas é possível entender os parâmetros econômicos que podem operar na imaginação e conquistas políticas de práticas no ambiente de rede digital.<sup>7</sup>

Segundo Benkler a economia industrial precisa de um custo alto para manter os superstars na mídia de massa e assim dispor de uma quantidade menor de produtores, fazendo com que o conhecimento esteja a disposição de poucos e o mercado acaba possuindo poucos concorrentes pelo investimento que se precisa para produzir conteúdo.

A partir do acesso a rede, se vislumbra um novo processo para a produção cultural, onde há possibilidades de qualquer pessoa produzir conteúdo e com isso reduzir o custo de material de meios de produção e troca de informações, conhecimento e cultura, e ainda assim produzir muito mais conhecimento a nível global.

Deve-se estar atento a estas mudanças que caminham para novas práticas sociais, Benkler chama a atenção para um conceito da área da Economia e traduz para a economia em rede, chamado de bens não-rivais, onde conceitua, exemplificando: “Lembre-se que a música, como a informação é um bem público não-rival cujo custo marginal, uma vez produzido, é zero. Além disso, os arquivos digitais não são “tomadas” de um lugar para jogar em outro [...] (BENKLER, 2006, P.124). Complementa justificando que o único custo real é o de armazenamento na transmissão de um dispositivo para outro, incentiva, portanto, que os bens não-rivais devem circular na rede sem prerrogativas burocráticas e capitalistas, visto que já se pagaram e seu compartilhamento não gera nenhum outro custo financeiro e não diminui sua quantidade no compartilhamento coletivo. Portanto, a informação, comunicação e cultura que são compartilhados nas redes online são bens não-rivais e públicos.

A colaboração coletiva em rede, fez com que os software livre e códigos abertos fossem não só possíveis como executáveis, essa ajuda mútua surpreendeu o modelo econômico vigente, assim como leis de direitos autorais que também se desestabilizam nestas condições online, mas ao mesmo tempo, segundo Malini e Antoun (2013, p.64) os indivíduos em rede também criam o que eles chamam de

7 BENKLER, Yochai. Título original: **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms markets and freedom**, 2006. P.70

“feudalismo digital” para descrever que a multiplicidade de sujeitos com oportunidades tanto de criar colaboração quanto de estacionar este poder de colaborar, fazem isso, no momento em que se servem apenas de critérios capitalistas.

São inúmeras as melhorias nas relações econômicas, culturais e sociais do indivíduo através da autonomia ampliada em rede, esta melhora, quase incalculável, se constitui em um panorama de produção, distribuição e circulação de conhecimento e cultura, operado em grande escala e não mais por partes do tecido social que antes dominavam a informação e comunicação.

A cultura e o conhecimento, na economia da informação em rede são compartilhados de muitos para muitos, que agora falam, se manifestam, criam e vivem da rede ou pela rede, como argumentará o conceito a seguir de autocomunicação de massas.

## **AUTOCOMUNICAÇÃO DE MASSA**

A sociedade conectada e articulada pelas redes de contatos online passam a gerir e administrar ações individuais e coletivas. Esta organização em grande escala, possibilita desestabilizar toda forma de comunicação e poder, construindo uma comunicação mais interativa, dinâmica e descentralizada, a partir da autogerencia possível nas redes.

Calstells propõe compreender o papel do poder na sociedade em rede, a partir dos receptores passando a se mobilizar e a ser também emissores de mensagens, onde acontece o fenômeno que ele chama de “autocomunicação de massa” (2015. p.22).

Processo que está estruturando uma nova, profunda e mais interativa sociedade em rede, que amplia a capacidade dos indivíduos de se emancipar frente às instituições de comunicação, resultando na inserção de novos valores e ideias que serão globalmente compartilhadas com a sociedade, possibilitando oportunidades de mudança social, tanto de uma forma positiva, quanto negativa, importa aqui, que cada indivíduo terá a chance de exercer o papel ativo de transformação social, através do poder da comunicação em rede.

Castelles (2015) descreve quatro tipos distintos de exercer o poder em rede: Poder nas redes, poder da rede, poder trabalho pela rede, poder de criar redes, afirmando que cada rede, visando suas regras e metas a serem atingidas, determinam suas relações de poder, desta maneira, o capitalismo, geralmente é o que dita às leis, reconhecendo que há neste universo capitalista online, novas formas de dominação.

Independentes da vontade dos atores sociais há todo um sistema de vigilância instalado na sociedade em rede, que para o autor acontece em dois níveis, o primeiro, pelos programadores, aqueles que programam e reprogramam as redes e segundo a capacidade dos agentes sociais que ele chama de “comutadores” (p.92) de controlar



conexões entre pontos variados, como redes políticas, religiosas, acadêmicas e empresariais, que se auxiliam e cooperam mutuamente e estrategicamente, compartilhando ideias, projetos e materiais culturais por meio da comunicação em rede.

Enfatiza também, que além do poder, há o contrapoder: “o poder governa, os contrapoderes lutam” (p.95), possibilitando a socialização e a promoção, que pode vir do local para tornar-se global de discursos, projetos, valores sociais alternativos, que são incorporados no tecido social através do poder da comunicação em rede, desafiando as lógicas vigentes.

Essa emergência da comunicação de muitos para muitos, é autocomunicação por ser produzida e direcionada de uma forma autônoma e possuir a potencialidade de chegar a uma multiplicidade de receptores, com diferentes mensagens e a infindáveis redes a nível global. Segundo Castells: “a autocomunicação de massas é a plataforma tecnológica da cultura da autonomia” (2015, p.145), também torna mais difícil o controle de governos e empresas e assim facilita a ação e mudanças sociais através da possibilidade de iniciativas individuais que se tornam coletivas, gerando seus conteúdos e distribuindo-os a nível global, limitando o controle das censuras impositivas, sejam elas midiáticas, governamentais ou capitalistas.

Para o autor, as relações de poder na sociedade, são construídas, antes de tudo, na mente humana, através da comunicação, que é externalizada para esta organização comunicacional em rede, configurando uma nova estrutura social que se torna “a espinha dorsal das nossas vidas” (2015, p.31), sendo este espaço conectado, um ambiente de livre expressão, coloca em evidência uma cultura da liberdade, que é uma das bases da internet, mesmo com restrições e limitações corporativas e empresariais.

A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação as instituições da sociedade, por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos ou as redes com fonte aberta).<sup>8</sup>

Produzir se torna um trabalho de conhecimento e autovalorização do agir intelecto humano, toda e qualquer força que bloqueie esse poder é um obstáculo que deve ser vencido. Para Negri e Hardt: “O poder de agir é constituido por trabalho, inteligência, paixão e afeto num lugar de todos” (2001, p.380). A teoria da mídia social tenta entender a complexidade do impacto da mídia como espaço e ferramenta da ação humana, conectando a sociedade em grande escala: “Na internet as conseqüências para a teoria social são, portanto, radicais. A conexão online muda o espaço da ação social...” (COULDRY, 2012, p.18).

8 CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. P.10

Portanto, a conquista da autonomia é quando os atores sociais conseguem colocar em prática projetos e ações em todos os níveis, de acordo com seus interesses, sem necessariamente a aprovação das instituições da sociedade.

Assim, os sujeitos, se articulam, se unem e trocam ideias, culturas, saindo do individual para o coletivo, transformando a comunicação em rede em autocomunicação de massas. Esta comunicação jamais imaginada há alguns anos, projeta cada vez mais a liberdade de expressão e o poder de decisão vinculada a trabalhos coletivos que são organizados dentro e fora da rede, mas também as redes podem ser uma via de mão dupla, tanto para o progresso, quanto para o retrocesso social, os discursos de ódio, propagando preconceitos, racismo, machismo, entre tantas outras mazelas construídas em sociedade, ganham também visibilidade, tomando corpo nas práticas sociais digitais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Os autores aqui apresentados propõem definições alternativas para designar o seu tratamento aos sujeitos: Desta forma, Jenkins, Ford e Green referem-se ao termo como audiências ou públicos, Castells trata como receptores ou atores sociais e Benkler nomeia os sujeitos como indivíduos.

Apesar do olhar central dos autores em direção a liberdade aumentada potencializadora da ação humana na rede, pode-se considerar, de uma forma geral, que os primeiros, voltam-se para o estudo da mídia, respectivamente, o segundo, desenvolve seu conceito mais direcionado para movimentos sociais articulados em rede que fazem uma passagem do individual para o plural e movimentam transformações sociais, o coletivo que ganha poder através da tecnologia digital online e Benkler volta-se a ideias liberais, onde, vê na rede, o grande potencial para uma sociedade mais justa e democrática com possibilidades mais igualitárias e não totalitárias.

Os conceitos principais abordados neste artigo, são perspectivas esperançosas com ideias positivas frente as capacidades dos indivíduos que podem ser impulsionadas pela rede e na rede.

Para tanto, cada autor, apresenta exemplos reais e práticos para construir seus argumentos: Jenkins, Ford e Green descrevem cases como o caso Makmende na indústria de áudio visual nigeriana, onde o vídeo ganhou circulação internacional divulgando uma cultura local, Benkler cita exemplos de sites e plataformas que divulgam material independente e colaborativo, como Wikipédia e Wikileaks e Castells apresenta movimentos sociais que foram mobilizados e ganharam força na rede como a Primavera Árabe e Occupy Wall Street.

Fica evidente a preocupação dos autores em mostrar como a comunicação em rede promoveu a autonomia do indivíduo e coletividades, juntamente com os benefícios sociais que a autonomia carrega, de produção e circulação, como também

proporciona oportunidade de fala a todos que tem acesso às tecnologias de informação e comunicação em rede.

Com isso, minorias marginalizadas ganham representatividade na rede, na busca por seus interesses sócio-político-culturais e contrapondo mecanismos de controle, mas também reverberam uma oferta e demanda do consumo de discursos de ódio e todo um universo desumano circulando entre as redes de contatos, que pode estar de forma visível e de fácil acesso, ou, pode estar na circulação de produtos midiáticos na deep web.

Apresentam os autores, conceitos com terminologias diferentes, mas que se encontram, se conectam e se relacionam entre si, concordam que a comunicação em âmbito digital proporciona aos indivíduos maior gerenciamento independente do conhecimento e da cultura, características da comunicação em rede.

Além de, descreverem que a autonomia nas redes, torna a comunicação mais descentralizada, desestabilizando o mercado dominante, em vários níveis e esferas, que envolve a promoção e circulação de produtos culturais na rede compartilhados, gerando desconforto entre empresas e governos e ainda desestabilizando leis, referente a direitos e deveres, criando novos setores tanto no mercado econômico, quanto para projetos completamente desinteressados de lucratividade financeira.

Portanto, a participação em vários níveis, promove autonomia dos indivíduos, mesmo na mais singela observação, assim, a rede proporciona um ambiente de liberdade e expressão diferente e capaz de empoderar todo e qualquer sujeito que esta imerso na cultura digital. Desta forma, se pode dizer que fica mais fácil mobilizar ideias, atitudes de cooperação e construção em conjunto, dando visibilidade a discursos marginalizados, tabus e discriminados, oportunizando debates a nível global que visem maior conscientização e valorização do diferente, da diversidade de culturas e práticas sociais que ganham dimensões para além da rede, interferindo no cotidiano das pessoas e transformando a sociedade.

Esta troca informacional e produção de material descentralizado e participativo, gerencia através da rede, incalculáveis bens não-rivais (BENKLER, 2006). Possibilita também, o acesso ao conhecimento a populações menos favorecidas, oportunizando o saber e o desenvolvimento destas comunidades, onde poderia levar semanas, meses ou anos para chegar determinadas informações, com as redes de contatos online, levam-se segundos, quando não está em tempo real, sendo vivenciada pelos indivíduos.

Embora haja na rede um grande controle da informação, manipulado por organizações mercantis, dados pessoais em prol da diminuição da oferta da liberdade (MALINI, 2013), é importante retomar a essência da rede proposta por Tim Berners-Lee<sup>9</sup>, que deve ser livre e descentralizada.

---

9 Disponível para acesso: < <http://gizmodo.uol.com.br/tim-berners-lee-preocupado-web/>> Acesso em: 28. Outubro,2017.

Neste contexto, para os conceitos aqui abordados, a rede permite uma sociedade mais crítica e reflexiva, mais transparente e maleável, mais democrática e participativa, onde os indivíduos interagem com outras culturas e se apropriam de culturas alheias, frisando as capacidades aumentadas e as possibilidades de produzirem por si mesmos e por outros, conseqüentemente, abrindo espaços de crescimento e desenvolvimento sócio-cultural e econômico para todos que conseguirem ver na rede, um campo de atividade e ação humana.

## REFERÊNCIAS

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms markets and freedom**, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder da comunicação**. – 1º ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

COLDRY, Nick. *Media, society, world*. Cambridge: Polity, 2012

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: record, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HINE, Christine. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied e Everyday*. Londres : *Bloomsbury Academic*, 2015

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MALINI, Fábio. ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MILLER, Daniel; COSTA, Elisabetta; HAYNES, Nell; MCDONALD, Tom; NICOLESCU, Razvan; SINANAN, Jolynna; SPYER, Juliano; VENKATRAMAN, Shriram; WANG, Xinyuan. *How the World Changed Social Media*. London, 2016.

RODRIGUES. Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE Jorge, BARROS, Antonio-Organizadores. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** – 2. Ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010. p. 51-62.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-25-3

